



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

## **Capacitismo Estatístico: Uma análise sobre a exclusão da deficiência de crianças e adolescentes no fomento das políticas públicas**

### **Statistical Ableism: An analysis of the exclusion of childhood and adolescent disability in the development of public policies**

**Sarah Fontenele Nunes<sup>1</sup>**

**EIXO 1** - Políticas públicas, infância, adolescência e juventude

#### **Introdução**

O presente artigo discute como o capacitismo, enquanto estrutura social e política, atravessa os processos de produção e coleta de dados sobre crianças e adolescentes com deficiência no Brasil, colaborando para sua invisibilização nos espaços de formulação de políticas públicas. A partir de uma análise documental e teórica desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora, observa-se que a ausência ou precariedade de dados específicos sobre infâncias com deficiência não é neutra, mas sim expressão de uma lógica capacitista que invisibiliza essas vidas e contribui para a perpetuação da desproteção social.

A discussão é conduzida a partir de uma perspectiva interseccional (Moreira et al., 2022) e fundamentada no modelo social da deficiência (Diniz, 2007), permitindo compreender como a negligência em considerar a existência da deficiência — isoladamente ou em intersecção com marcadores como raça, gênero e classe — compromete a compreensão das realidades vividas por essas infâncias.

#### **Desenvolvimento**

A exclusão da deficiência nos sistemas de informação de dados públicos sobre crianças e adolescentes é uma expressão concreta do capacitismo estrutural, incidindo sobre planejamentos institucionais e ferramentas de gestão pública. Essa negligência reforça uma ideia homogênea de

---

<sup>1</sup> Assistente social (ESS/UFRJ). cursando o Programa de Residência Multiprofissional no Instituto Estadual de Hematologia Arthur Siqueira de Cavalcanti (HEMORIO). E-mail: [sfnunes2011@gmail.com](mailto:sfnunes2011@gmail.com).



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

infância, que desconsidera a diversidade de experiências e necessidades.

É notória a reflexão direta na forma como o Estado brasileiro organiza seus sistemas de produção e divulgação de dados. A análise realizada neste trabalho identificou que bases como IBGE, INEP, PNAD Contínua, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e, de forma mais específica, o Módulo Criança e Adolescente (MCA) e o Sistema Nacional de Adoção (SNA), apresentam dados fragmentados, inconsistentes e pouco sensíveis às especificidades da deficiência. Em muitos casos, há ausência de critérios padronizados para identificar e registrar os tipos de deficiência, bem como uso de nomenclaturas inadequadas, como “portadores de necessidades especiais”, que reforçam o modelo médico e estigmatizante da deficiência.

Além disso, a escolha por dificultar que seja feita uma leitura interseccional desse público também demonstra um agravamento dessa problemática. Crianças negras, em vulnerabilidade socioeconômica e com deficiência enfrentam múltiplas camadas de exclusão, que não aparecem nas bases oficiais. Ignorar essas interações reforça um padrão de políticas universais que não dialogam com a realidade concreta da maioria das infâncias brasileiras. A negação da deficiência como categoria política, aliada ao racismo e ao elitismo, impede que essas crianças sejam reconhecidas enquanto sujeitos de direitos.

### **Considerações Finais**

A invisibilização de crianças com deficiência nos instrumentos oficiais de coleta de dados não é resultado de descuido, mas de uma escolha política que expressa um projeto de sociedade capacitista. Quando essas infâncias não aparecem nas estatísticas, são também excluídas das políticas públicas que deveriam garantir seus direitos. A ausência de registros adequados contribui para a manutenção de um ciclo de exclusão e desproteção que começa no diagnóstico e se prolonga nas práticas institucionais.

Superar esse cenário exige mais do que incluir a deficiência como categoria nos questionários. É preciso que a produção de dados seja orientada por uma perspectiva crítica e interseccional, capaz de considerar as múltiplas dimensões que atravessam a vida dessas crianças, como raça, gênero, classe e território. Além disso, é fundamental que a escuta das famílias e das próprias crianças com deficiência seja incorporada como parte legítima do processo de construção e avaliação das políticas



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

públicas.

Produzir dados também é produzir reconhecimento, e somente a partir do reconhecimento estatístico e político dessas infâncias, será possível construir políticas públicas mais justas, inclusivas e comprometidas com a equidade. Uma sociedade que deseja ser anticapacitista deve começar por tornar visíveis aqueles que historicamente são ignorados.

### **Referências Bibliográficas**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/>. Acesso em: 31 de outubro de 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/JAevC>. Acesso em: 19 de setembro de 2024.

MCA - **Módulo Criança e Adolescente**. Disponível em: <https://mca.mp.rj.gov.br/censos>. Acesso em: 31 de outubro de 2024.

MOREIRA, Maria Cecília de Souza et al. **Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 10, p. 3949–3958, out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pvR4YxRFZzcpNdPCZ6YCwLw/>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

NUNES, Sarah F. **O capacitismo enquanto uma manifestação da violência contra crianças e adolescentes com deficiência**. In: *Entre o capacitismo e a inclusão: a cidadania de crianças e adolescentes com deficiência*. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, dezembro de 2024.